



CPIIS

CONGRESSO PERNAMBUCANO DE INOVAÇÃO & INTEGRAÇÃO EM SAÚDE

Integração entre ACS e ASACE: Educação Permanente como estratégia de fortalecimento do cuidado em saúde

Laelia Reginae do Monte Pessoa Felix^{1*}, Andréa França Queiroz de Paula², Roberta Cristina Martins Cardoso³

¹Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (SEVS), Recife, Pernambuco. ²Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco. ³Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (SEVS), Recife, Pernambuco.

*Autor correspondente: laeliapessoa@gmail.com

OBJETIVO DA EXPERIÊNCIA

Integração e capacitação de ACS e ASACE em oficinas de Educação Permanente em Saúde. As oficinas foram realizadas nos meses de julho a agosto de 2025.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foram realizadas 11 oficinas de Educação Permanente em Saúde, com duração de 4 horas cada, voltadas à integração entre ACS e ASACE. As atividades incluíram exposições dialogadas, dinâmicas participativas e o “Jogo de Tabuleiro Humano”, abordando educação, promoção e vigilância em saúde. As oficinas foram facilitadas por profissionais da Vigilância Ambiental, Educação em Saúde e Residência em Saúde Pública.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência reforçou a importância da Educação Permanente como estratégia de transformação das práticas. Evidenciou-se que metodologias lúdicas e participativas promovem engajamento, aprendizado significativo e fortalecimento do vínculo entre profissionais. A integração ensino-serviço potencializou a troca de saberes e o cuidado integral.

OBJETIVOS

Promover a integração e capacitação crítica de ACS e ASACE, fortalecendo práticas colaborativas e qualificando ações de promoção e vigilância em saúde no território do Distrito Sanitário IV de Recife.

RESULTADOS

Participaram 88 ASACE (64,7%) e 175 ACS (54,68%) do DS IV. As oficinas ampliaram o conhecimento sobre atribuições legais, incentivaram o trabalho conjunto e fortaleceram a prática intersetorial. Houve maior colaboração entre categorias, melhora na comunicação territorial e incremento de ações educativas integradas.

CONCLUSÃO E/OU RECOMENDAÇÕES

A iniciativa demonstrou que a capacitação integrada entre ACS e ASACE fortalece o SUS, aprimora práticas colaborativas e qualifica o cuidado à população. Recomenda-se a continuidade das oficinas e a ampliação do modelo para outros distritos, consolidando a Educação Permanente como eixo estruturante da gestão e da prática em saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. FUNASA. Educação em Saúde Diretrizes de 2007. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38937/Educa%C3%A7ao++em+Saude+-+Diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta a Emenda Constitucional nº 51, de 2006; estabelece diretrizes para a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 out. 2006a.